

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto operacional

O Instituto Metodista Granbery, fundado em 08 de setembro de 1889 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministar o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VI) Ministar programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio Granbery, de conformidade com a legislação vigente;
- XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIII) Difundir a cultura física e desportiva; e
- XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

O Granbery é mantenedor do Colégio Metodista Granbery, que oferece cursos em todos os níveis da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e da Faculdade Metodista Granbery, que oferece cursos de graduação, além de cursos de extensão e pós-graduação.

Dentro do contexto regional e, considerando-se os princípios e finalidades do IMG, é possível afirmar que o Instituto tem trabalhado para alcançar objetivos e metas que o mantenham como uma das principais e históricas instituições educacionais da cidade e região, sem perder, contudo, sua capacidade de inovar e de acompanhar os desafios próprios do segmento educacional na Região e no País. Este cenário tem exigido, cada vez mais, uma gestão que se volte para fora, identificando oportunidades e ameaças (essas últimas sempre em maior número do que as primeiras), sem deixar de cuidar do seu ambiente interno e de sua saúde operacional (tanto econômica, quanto financeira).

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas

(i) Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal;

(ii) Programa de integração social - PIS

O Instituto, mesmo sendo uma instituição sem fins lucrativos e filantrópica, fica sujeito a questionamentos quanto ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97; porém, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22/04/2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso;

(iii) Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03;

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

O Instituto possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, deferido por renovação de três anos (01/01/2010 a 31/12/2014) por meio da Portaria nº 184 de 19/02/2015. Aguardam análise os Processos 230000147782014-13 e 230000496942017-35 referente aos triênios subsequentes. Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS vigente e ter reconhecido sua filantropia é isento de recolhimento da cota patronal do INSS;

(v) Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN:

O Instituto goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal;

(vi) Benefícios do Programa Universidade para Todos - PROUNI

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/05, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC, com o qual o Instituto firmou termo de adesão desde 2007. O Instituto utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudos.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2018, o Instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 7.757.947 (R\$ 2.782.710 negativo em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido positivo de R\$ 84.381.331 (R\$ 79.418.247 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração continua adotando uma série de medidas para equacionar a atual situação patrimonial e financeira e permitir a liquidação e/ou renegociação de suas obrigações de curto prazo e para isso mantém as estratégias já implementadas em anos anteriores, com base em seu planejamento estratégico:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos;
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos;
- Corrigir as mensalidades a fim de estarem alinhadas aos índices de atualização dos principais custos do Instituto;
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

- Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando semestralmente quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento;
- Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto;
- Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos;
- Adotar práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Instituição, que visa a eliminação das dívidas trabalhistas e redução de passivos tributários.

Devido à crise política e econômica que o país vem enfrentando nos últimos anos e que afeta diretamente as instituições de ensino, a recuperação institucional será um processo mais lento, pois também dependerá da melhora do cenário nacional.

Além das ações elencadas acima, a Administração tem planos para alienação de bens imóveis para injetar os recursos na operação, com o objetivo de reverter o desempenho dos índices de liquidez.

A Administração do Instituto acredita que mantendo todas essas medidas e implantando outras que se fizerem necessárias, os resultados esperados serão alcançados e teremos a equalização do fluxo financeiro.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação dos Resultados Abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsa de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas de estudos e dos descontos concedidos (nota explicativa nº 20).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), educação básica, cursos de extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares.

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(iii) Receitas antecipadas - matrículas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) e imposto de renda retido dos funcionários do Instituto.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 9.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.8. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.10. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.11. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativa para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

2.2.12. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Banco Contas Movimento	65.043	55.591
Caixa	366	366
Aplicações Financeiras	-	45.385
Total	65.409	101.343

As aplicações financeiras de 2017 referiam-se, substancialmente, a fundos de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários.

4. Mensalidades a receber

Descrição (circulante)	2018	2017
Mensalidades a Receber	2.346.379	2.665.025
Bolsa restituível	527.168	523.175
Bolsa FIES	486.496	532.993
Confissão de dívida em faturas	407.354	424.463
Cheques em cobrança	264.517	314.153
Cheques devolvidos à Tesouraria	33.840	7.817
Cheques a compensar	32.676	83.688
Créditos a receber - Cartão de crédito	25.295	90.140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.687.072)	(1.634.597)
Total	2.436.652	3.006.857

Descrição (não circulante)	2018	2017
Bolsa restituível	-	61.533
Total	-	61.533

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

O Granbery adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

As bolsas restituíveis eram concedidas a alunos que apresentavam dificuldades financeiras para pagamento das mensalidades escolares e que ingressaram neste programa obtendo um alongamento do prazo de pagamento. Nos últimos anos a instituição reduziu a concessão dessas bolsas, porque os alunos têm outras opções de financiamento de mensalidade.

Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa - PECLD

Descrição	2018	2017
Mensalidades a receber e confissão de dívidas	(1.388.715)	(1.311.853)
Cheques e cobrança judicial	(298.357)	(321.970)
Bolsa restituíveis	-	(774)
Total	(1.687.072)	(1.634.597)

As estimativas de perda de mensalidades foram constituídas a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério em função do atraso:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 360 a 271 dias, estimativa de 75%;
- De 270 a 181 dias, estimativa de 50%;
- De 180 a 90 dias, estimativa de 25%; e
- Abaixo de 89 dias não constitui perda.

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 35% sobre negociação de dívidas.

5. Contas a receber

Descrição (circulante)	2018	2017
Adiantamento a Fornecedores	127.989	93.580
Devedores Diversos	53.650	-
Adiantamento a funcionários	29.222	117.819
Adiantamento para viagem	480	3.370
Total	211.341	214.770

INSTITUTO METODISTA GRANBERY

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

6. Depósitos Judiciais

Descrição	2018	2017
Depósitos judiciais	33.539	35.703
Total	33.539	35.703

Referem-se aos depósitos para recursos e bloqueios judiciais em contas bancárias.

7. Compromissos a receber

Descrição (não circulante)	2018	2017
Compromissos a receber	55.121.696	56.087.305
Total	55.121.696	56.087.305

Os saldos de ativos a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são relativos às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodistas de Ensino, em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

8. Outras contas a receber

Descrição (não circulante)	2018	2017
Notas promissórias a receber	13.195.724	13.195.724
Total	13.195.724	13.195.724

Refere-se a objeto de ação judicial do ano de 2012, que está aforada na Comarca de Juiz de Fora, contra a Construtora João Fortes que não entregou na forma de dação em pagamento a obra no prazo ajustado e o instituto está questionando o pagamento da multa, a Construtora ingressou com uma ação de consignação em pagamento para ver quitada sua obrigação de entrega do imóvel, mas o instituto está recusando a entrega até que seja paga também a multa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

9. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação	2018			2017
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	23.709.532	-	23.709.532	8.979.532
Edifícios	*	16.478.557	(2.825.583)	13.652.974	14.140.442
Benfeitorias em imóveis de 3°	4%	275.782	(97.291)	178.491	189.523
Instalações	10%	171.697	(161.878)	9.819	14.277
Móveis e utensílios	10%	739.482	(446.759)	292.723	352.805
Máquinas e aparelhos	10%	958.939	(737.453)	221.487	246.648
Equipamentos de comunicação	10%	7.640	(7.509)	130	1.408
Equipamentos de ensino	15%	495.816	(490.424)	5.392	6.681
Equipamentos de informática	25%	2.667.524	(2.386.024)	281.500	491.984
Bibliotecas	10%	1.172.601	(965.408)	207.193	251.283
Laboratórios	10%	264.003	(247.366)	16.637	19.426
Instrumentos musicais	10%	2.039	(803)	1.236	1.439
Imobilizações em andamento		147.870	-	147.870	147.870
Total		47.091.482	(8.366.498)	38.724.984	24.843.318

(*) Taxa de depreciação variável de 2,5% a 5%, dependendo da vida útil remanescente do bem.

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Terrenos	8.979.532	14.730.000	-	-	23.709.532
Edifícios	16.478.557	-	-	-	16.478.557
Benfeitorias em imóveis de 3°	275.782	-	-	-	275.782
Instalações	171.697	-	-	-	171.697
Móveis e utensílios	750.931	1.574	13.023	-	739.482
Máquinas e aparelhos	929.852	29.255	5.728	-	953.379
Equipamentos de comunicação	7.640	-	-	-	7.640
Equipamentos de ensino	495.816	-	-	-	495.816
Equipamentos de informática	2.694.414	13.998	40.887	-	2.667.524
Bibliotecas	1.189.482	18.239	35.120	-	1.172.601
Laboratórios	269.563	-	-	-	269.563
Instrumentos musicais	2.039	-	-	-	2.039
Imobilizações em andamento	147.870	-	-	-	147.870
Total	32.393.175	14.793.065	94.758	-	47.091.482

INSTITUTO METODISTA GRANBERY

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

10. Intangível

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de amortização	2018			2017
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de uso de software	20%	709.366	(511.367)	197.999	211.881

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Direito de uso de software	709.366	-	-	-	709.366
Total	709.366	-	-	-	709.366

11. Obrigações trabalhistas

Descrição	2018	2017
FGTS a recolher	1.690.149	506.190
Rescisões e homologações	1.391.041	210.702
Provisão de férias	943.898	1.074.124
Salários e Ordenados	581.470	725.809
INSS a recolher	513.790	304.189
Outros	173.980	266.367
Provisão de FGTS férias	64.028	85.749
Consignações financeiras de empregados	22.801	26.445
Total	5.381.156	3.199.576

Devido ao processo de reestruturação administrativa e acadêmica do Instituto, houve um aumento dos valores a pagar, que correspondem às verbas rescisórias e FGTS a recolher, que serão quitados mediante acordos e parcelamentos.

12. Obrigações tributárias

Descrição	2018	2017
IRRF a recolher s/ salários	454.328	309.818
ISS a recolher s/ serviços	26.349	15.617
INSS a recolher s/ serviços prestados	13.824	4.961
PIS/COFINS/CSL s/ serviços	7.554	7.326
IRRF a recolher s/ serviços	524	461
Total	502.578	338.183

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)****13. Mensalidades/matrículas recebidas antecipadamente**

Descrição	2018	2017
Mensalidades / matrículas recebidas antecipadamente	1.272.019	1.178.504
Receita antecipada	489.600	-
	1.761.619	1.178.504

Referem-se a recebimentos de mensalidades e matrículas do exercício seguinte.

14. Outras Obrigações

Circulante	2018	2017
Outros Valores (a)	1.210.000	-
Leasing a Pagar	241.449	265.453
Outras Contas a Pagar	3.943	-
Total	1.455.392	265.453

(a) Refere-se ao saldo a pagar para o IMS - Instituto Metodista de Ensino Superior dos terrenos transferidos para quitação dos contratos de mútuos.

15. Provisões para demandas judiciais

O Instituto possui ações judiciais e processos administrativos perante vários órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no seu histórico de decisões anteriores, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	2018			2017		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Circulante						
Trabalhistas	265.191	-	265.191	-	-	-
Cíveis	8.783	-	8.783	2.842	-	2.842
Total	273.974	-	273.974	2.842	-	2.842
Não circulante						
Trabalhistas	1.739.208	33.539	1.705.668	90.000	35.703	54.297
Cíveis	308.409	-	308.409	225.000	-	225.000
Total	2.047.616	33.539	2.014.077	315.000	35.703	279.297

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	317.842
Movimentação líquida	2.003.748
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.321.590

15.1. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Instituto com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis.

16. Parcelamentos

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
FGTS	365.443	239.362	713.156	964.967
	365.443	239.362	713.156	964.967

O parcelamento de FGTS refere-se a débitos parcelados de agosto de 2015 até abril de 2016 e agosto de 2016 até abril de 2017 em 60 prestações, que são atualizadas mensalmente. Esses parcelamentos foram consolidados em agosto de 2016 e julho de 2017.

17. Compromissos a pagar

Não Circulante	2018	2017
Compromissos a pagar	12.373.891	10.954.540
Total	12.373.891	10.954.540

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a pagar, são relativos a operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

18. Patrimônio líquido

O patrimônio é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por superávits acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

19. Gratuidades por meio de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101:

	2018		2017	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Quantidade de alunos				
Número de alunos matriculados	1055	1363	1052	1316
Número de alunos pagantes	715	990	785	1058
Quantidade de bolsistas gratuidade				
Bolsistas Integrais (100%)	148	138	205	128
Bolsistas Parciais (50%)	115	196	161	181
Total bolsistas	263	334	366	309

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	2018			2017		
	Educação Superior	Educação Básica	Total	Educação Superior	Educação Básica	Total
Bolsas Gratuidade						
Bolsas Integrais (100%)	1.509.194	1.500.328	3.009.522	1.918.175	1.376.999	3.295.174
Recursos próprios	175.662	1.500.328	1.675.990	228.363	1.376.999	1.605.362
PROUNI	1.333.532	-	1.333.532	1.689.812	-	1.689.812
Bolsas Parciais (50%)	593.506	1.105.909	1.699.415	771.808	980.623	1.752.431
Recursos próprios	49.631	1.105.909	1.155.540	131.577	980.623	1.112.200
PROUNI	543.874	-	543.874	640.231	-	640.231
Valor total de Gratuidades	2.102.700	2.606.237	4.708.937	2.689.982	2.357.622	5.047.605
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)						
Educação Básica e Superior						
Outras Bolsas Integrais (100%)	838.875	1.424.300	2.263.174	811.520	1.313.795	2.125.315
Outras Bolsas Parciais (50%)	1.471.373	1.212.674	2.684.047	934.839	1.053.787	1.988.626
	2.310.248	2.636.973	4.947.221	2.310.248	2.310.248	2.310.248
Pós Graduação						
Outras Bolsas Integrais e Parciais	74.704	-	74.704	-	-	-
Valor total de Outras Bolsas	2.384.952	2.636.973	5.021.926	1.746.359	2.367.583	4.113.941

20. Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita operacional bruta		
Receita de ensino	32.941.235	31.213.274
Receita administrativa	391.538	328.236
	33.332.773	31.541.510
Deduções da receita		
Bolsas gratuidade	(4.708.937)	(5.047.605)
Outras Bolsas	(5.021.926)	(4.113.941)
Descontos concedidos	(1.263.925)	(607.118)
Receita líquida	22.337.982	21.772.846

INSTITUTO METODISTA GRANBERY

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

21. Custo dos serviços Prestados

	2018	2017
Salários	(10.874.693)	(10.332.866)
Encargos e Benefícios	(791.897)	(775.638)
Serviços de terceiros e estagiários	(279.570)	(302.259)
Despesas gerais e administrativas	(88.999)	(67.401)
Depreciação e amortização	(46.239)	(45.079)
Outras despesas operacionais	(32.235)	(70.979)
Total	(12.113.633)	(11.594.222)

22. Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários	(3.323.934)	(3.141.504)
Encargos e benefícios	(461.942)	(443.512)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(110.477)	(71.093)
Total	(3.896.353)	(3.656.108)

23. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Energia Eletrica	(438.127)	(467.144)
Propaganda e Publicidade	(320.994)	(319.372)
Manutenção e Conservação	(138.862)	(184.161)
Material de Uso e Consumo	(119.439)	(156.866)
Outras despesas	(118.286)	(83.599)
Impostos e Taxas	(87.352)	(38.251)
Serviços de Terceiros	(31.178)	(73.591)
Telecomunicações	(22.789)	(38.887)
Água	(16.968)	(22.117)
Transporte em geral	(10.565)	(82.755)
Material Didatico	(9.544)	(6.345)
Material Clinico Hospitalar	(481)	(72)
Total	(1.314.584)	(1.473.160)

INSTITUTO METODISTA GRANBERY

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

24. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Licença e manutenção do uso de softworks	(197.901)	(176.215)
Alugueis	(114.347)	(166.318)
Serviços graficos	(102.716)	(77.647)
Lanches e Refeições	(69.582)	(83.579)
Outras despesas operacionais	(53.222)	(118.098)
Contribuições a Associações	(43.854)	(42.060)
Consultorias	(5.033)	(32.531)
Viagens e Estadias	(762)	(34.651)
Total	(587.416)	(731.100)

25. Despesas financeiras

	2018	2017
Juros e multa passivos - mútuos	(1.414.352)	(1.245.831)
Despesas bancárias	(421.521)	(230.803)
Juros passivos	(366.994)	(378.241)
Multas	(355.708)	(128.098)
Juros e multas passiva - parcelamentos	(102.213)	(50.885)
I.R.R.F. s/ operações financeiras	(1.947)	(2.577)
IOF/IOC	(9)	(212)
Total	(2.662.743)	(2.036.646)

26. Receitas financeiras

	2018	2017
Juros e multa ativos - mútuos	7.546.273	5.936.050
Juros ativos e multa	31.876	51.903
Descontos obtidos	24.946	8.284
Rendimentos s/ aplicações	1.155	648
Juros Futuros - Presencial	904	-
Total	7.605.154	5.996.884

27. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

28. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Entretanto, todos os valores devidos foram recolhidos e declarados às autoridades fiscalizadoras na forma prevista em lei.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

30. Eventos Subsequentes

Em função do recebimento de novas ações judiciais, após o fechamento do balanço, o instituto estima um acréscimo de contingências com perda provável, no montante R\$ 3.290.102, não ocorrendo outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações do Instituto.

31. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 29 de novembro de 2019.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes
SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/11/2019.